GOVERNO E EMPRESAS NÃO UTILIZARAM ATÉ AO FIM DE 2009 MAIS DE 6.359 MILHÕES DE EUROS DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

RESUMO DESTE ESTUDO

Duas das razões mais importantes da persistência da grave crise que o País enfrenta é a quebra continuada no investimento e no consumo interno. Sem investimento não se criam empregos, nem se moderniza a economia nem se aumenta a competitividade das empresas. Sem aumento do consumo, as empresas não conseguem vender o que produzem, entram em falência e lançam mais trabalhadores no desemprego. De acordo com o INE, em 2009, a preços correntes, o investimento total caiu em -15,7% e o consumo em -2,6%. As previsões do governo constantes do PEC:2010-2013 revelam que a situação não vai melhorar nos próximos anos. Assim, a preços constantes, em 2010, em relação ao investimento prevê uma nova quebra de -0,8%; no consumo publico uma redução de -0,9%; e no consumo privado mais 1%, o que será difícil de atingir devido à tentativa do governo e do patronato para congelar salários e pensões, e para aumentar IRS.

Um meio importante que o governo e as empresas têm para combater estas quebras era a utilização atempada e eficiente dos fundos comunitários. Mas neste campo a incapacidade, ou a incompetência, quer do governo quer dos empresários para os utilizar são claras e preocupantes.

No período 1 de Jan.2007 a 31 de Dez.2009, portanto nos últimos três anos, a União Europeia colocou à disposição de Portugal, no âmbito do QREN, 8.317,87 milhões €. Eram fundos que Portugal podia ter já utilizado se o governo e os empresários portugueses tivessem capacidade para o fazer. No entanto, de acordo com o Boletim Informativo nº6 do QREN que está disponível no seu "site", governo e empresas só executaram projectos no valor de 1.958,39 milhões €, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 23,5%; por outras palavras, ficou por utilizar, podendo o ser no período entre 2007-2009, 6.359,48 milhões euros de fundos comunitários.

Se a análise for feita por Programas Operacionais, a gravidade da situação é ainda maior, pois existem programas fundamentais para o desenvolvimento do País e para enfrentar a crise cuja taxa de execução é ainda mais baixa..No período 2007-2009, podiam ter sido utilizados mas não o foram, 960,27 milhões € no Programa Factores de Competitividade destinado a aumentar a competitividade das empresas (taxa de execução: 24,8%); 1.615,1 milhões € no Programa Potencial Humano, destinado à educação e formação profissional (taxa de execução: 36,4%); 1.020,9 milhões € no Programa Valorização do Território destinado ao desenvolvimento regional e ao ambiente (taxa de execução: 19%); 1.040,9 milhões de euros no Programa Regional do Norte (taxa de execução: 6,8%); 641,9 milhões de euros no POR do Centro (taxa de execução: 8,4%); 330,8 milhões € no Programa Regional do Alentejo (taxa de execução: 7,5%); 261,5 milhões de euros nos programas dos Açores (taxa de execução: 45,1%); 105,39 milhões de euros no POR de Lisboa (taxa de execução: 16,5%); 104,77 milhões de euros no do Algarve (taxa de execução: 6%); e não foram utilizados, podendo o ser, 228,6 milhões de euros nos programas da Região Autónoma da Madeira (taxa de execução: 18,7%). E este atraso que continua na utilização dos fundos comunitários, com consequências graves para o País tem, pelo menos, duas razões.

Em primeiro lugar, resulta de atrasos na aprovação dos projectos apresentados de culpa do governo. De acordo com o próprio Boletim Informativo do QREN o tempo de decisão médio efectivo é superior, em vários deles, ao previsto em 71%. E mesmo estes dados oficiais não traduzem com rigor a gravidade da situação verificada neste campo. Por ex., a nível do Programa Potencial Humano, as entidades que apresentaram candidaturas em Outubro de 2009, para iniciar a realização de acções de formação profissional logo no inicio de 2010, ainda não o conseguiram em Março/2010 por falta de decisão da entidade gestora (o tempo médio previsto anunciado era de 60 dias, e já passaram cerca de 150 dias (2,5 vezes mais). E em segundo lugar, porque, até ao fim de 2009 segundo também o Boletim Informativo nº6 do QREN, tinham sido pagos aos beneficiários, que são principalmente empresas, fundos comunitários no montante de 2.134,755 milhões €, e os chamados beneficiários só tinham apresentado documentação comprovativa da execução dos respectivos projectos no valor de 1.958,393 milhões de euros; portanto, não tinham até a essa altura justificado 176,362 milhões de euros já recebidos.

O grande atraso que se continua a verificar a nível de execução do QREN, da culpa do governo e dos patrões, está a ter consequências graves para a economia nacional e para os portugueses. É poder de compra que se perde (quanto mais tarde se utilizar os fundos comunitários menos valem devido à inflação, estimando-se que desta forma já se tenham perdidos mais de 400 milhões de euros); é menos investimento que se realiza, quando ele é tão necessário à modernização da economia e ao desenvolvimento do País; são menos empregos que se criam quando são necessários ao combate do desemprego; é menos procura interna que se tem quando ela indispensável à sobrevivência das empresas, nomeadamente PME´s. E a crise assim agrava-se ainda mais com consequências para os portugueses, sendo justificação para impor + sacrifícios.

O INE acabou de divulgar as Contas Nacionais Preliminares referentes ao ano de 2009. De acordo com elas, em Portugal, o PIB em 2009 caiu -2,7% em relação ao de 2008, e no 4º Trimestre de 2009 o PIB foi inferior em -1% ao do trimestre anterior, o que significa que o país esta a caminhar novamente para a recessão económica.

Esta quebra continuada na actividade económica é determinada pela quebra no investimento e na procura. Um meio que o governo e as empresas têm ao seu dispor para combater a quebra no investimento e na procura e, consequentemente, na actividade económica, medida pelo PIB, é utilizar, de uma forma atempada e eficiente, os fundos comunitários, já que eles representam muitos milhões de euros. Mas o que se tem verificado, e continua-se a verificar, é precisamente o contrário, devido à incapacidade conjugada do governo e dos patrões para o fazer , como provam os dados divulgados pelo responsáveis do QREN constantes do quadro seguinte.

QUADRO I – Fundos comunitários disponibilizados pela União Europeia a Portugal no período de 2007-2009 no âmbito do QREN e valor executado (utilizado) pelo governo e pelas empresas portuguesas até ao fim de 2009

PROGRAMAS OPERACIONAIS	**PROGRAMADO ATÉ 31.12.2009** (Fundos Comunitários que podiam ter sido gastos até 31.12.2009) **Euros**	**EXECUTADO ATÉ 31.12.2009** (Despesa validada até 31.12.2009)		**FUNDOS COMUNITÁRIOS NÃO UTILIZADOS ATÉ 31.12.2009**
	2007+2008+2009	**Euros**	**Em % do Programado**	**Euros**
POT Factores Competitividade (FEDER+FC)	1.277.706.996	317.436.000	**24,8%**	**960.270.996**
POT Potencial Humano (FSE)	2.541.472.265	926.354.000	**36,4%**	**1.615.118.265**
POT Valorização Território (FEDER+FC)	1.259.666.602	238.757.000	**19,0%**	**1.020.909.602**
POR Norte (FEDER)	1.116.276.894	75.362.000	**6,8%**	**1.040.914.894**
POR Centro (FEDER)	700.494.956	58.557.000	**8,4%**	**641.937.956**
POR Alentejo (FEDER)	357.705.700	26.870.000	**7,5%**	**330.835.700**
POR´s Açores (FEDER+FSE+DE)	476.020.100	214.518.000	**45,1%**	**261.502.100**
PO Assistência Técnica	69.584.286	20.405.000	**29,3%**	**49.179.286**
QREN -Total –Convergência	**7.798.927.799**	**1.878.259.000**	**24,1%**	**5.920.668.799**
POR Lisboa	126.251.785	20.858.000	**16,5%**	**105.393.785**
POR Algarve	111.501.190	6.723.000	**6,0%**	**104.778.190**
PO´s Madeira (FEDER+FSE)	281.196.718	52.553.000	**18,7%**	**228.643.718**
QREN-TOTAL	**8.317.877.492**	**1.958.393.000**	**23,5%**	**6.359.484.492**

FONTE: QREN - 2007-2013; POR Lisboa; POR Algarve; PO´s-RA Açores; PO´s –RA Madeira: - Programações Financeiras. QREN -Indicadores Conjunturais de Monitorização - Boletim Informativo nº 6, QREN

No período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2009, portanto nos últimos três anos, a União Europeia disponibilizou a Portugal, no âmbito do QREN, 8.317,87 milhões de euros. Eram fundos que Portugal podia ter já utilizado se o governo e os empresários portugueses tivessem capacidade para o fazer. No entanto, neste período, de acordo com o Boletim Informativo nº6 que está disponível no "site" do QREN, este governo e as empresas só executaram projectos correspondentes a 1.958,39 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 23,5%; por outras palavras, ficou por utilizar, podendo o ser, 6.359,48 milhões de euros.

Se a análise da execução for feita por Programas Operacionais durante o período Jan2007/Dez2009, a gravidade da situação ainda se torna mais clara, pois existem programas fundamentais para o desenvolvimento do País e para enfrentar a crise cuja taxa de execução é ainda mais baixa.

Assim, podiam ter sido utilizados, mas não o foram, 960,27 milhões de euros no Programa Operacional Factores de Competitividade destinado a aumentar a competitividade das empresas(taxa de execução: 24,8%); 1.615,1 milhões de euros no Programa Potencial Humano, destinado à educação e formação profissional (taxa de execução: 36,4%); 1.020,9 milhões de euros no Programa Valorização do Território destinado ao desenvolvimento regional e ao

ambiente (taxa de execução: 19%); 1.040,9 milhões de euros no Programa Regional do Norte (taxa de execução: 6,8%); 641,9 milhões de euros no POR do Centro (taxa de execução: 8,4%); 330,8 milhões de euros no Programa Regional do Alentejo (taxa de execução: 7,5%); 261,5 milhões de euros nos programas dos Açores (taxa de execução: 45,1%); 105,39 milhões de euros no POR de Lisboa (taxa de execução: 16,5%); 104,77 milhões de euros no do Algarve (taxa de execução: 6%); e não foram utilizados, podendo o ser, 228,6 milhões de euros nos programas da Região Autónoma da Madeira (taxa de execução: 18,7%).

O gráfico que se apresenta seguidamente dá uma visão clara das taxas de execução dos diferentes Programas Operacionais que constituem o QREN

GRÁFICO 1

Quando o País precisa tanto de aumentar o investimento e a procura interna para combater a crise e o desemprego, e para se desenvolver, e o QREN podia dar um contributo importante para isso, já que os fundos disponibilizados pela U.E. são muito elevados, constata-se que, por incapacidade do governo e dos empresários (lentidão extrema na decisão por parte do governo e lentidão extrema depois na execução por parte das empresas), mais de 6.359,4 milhões de euros de fundos comunitários não foram utilizados no período Jan2007-Dez2009, quando o podiam ser.

É evidente que o atraso que se tem verificado a nível da utilização dos fundos comunitários reconhecido já pelo governo, através do actual ministro da Economia, mas que também nada faz de efectivo para alterar a situação, está também a contribuir para o agravamento da grave crise económica e social que o País enfrenta. Eram mais investimentos que se podiam ter realizado mas que não se realizaram e, consequentemente, mais empregos que podiam ter sido criados que o não foram; e era também mais procura interna que podia ter existido mas que não existiu, o que, evidentemente, contribuiu para agravar ainda mais as dificuldades das empresas portuguesas, nomeadamente PME´s, que assim enfrentam mais dificuldades para vender o que produzem.

GOVERNO ATRASA AS APROVAÇÕES DOS PROJECTOS, E OS EMPRESÁRIOS RECEBEM DINHEIRO MAS NÃO EXECUTAM OS PROJECTOS

De acordo com o próprio Boletim Informativo nº 6 do QREN tem-se verificado um significativo atraso na aprovação dos projectos apresentados como mostra o quadro seguinte construído com dados divulgados pelos próprios responsáveis do QREN

QUADRO II – Tempos de decisão dos projectos (previstos e efectivos)

PROGRAMAS OPERACIONAIS	Tempos de decisão em dias		
	Previstos	Efectivos	Variação
POT Factores Competitividade (FEDER+FC)	87	103	**+18,4%**
POT Potencial Humano (FSE)	60	103	**+71,7%**
POT Valorização Território (FEDER+FC)	161	163	**+1,2%**
Programas Temáticos (os anteriores)	**103**	**123**	**+19,4%**
PO Regionais do Continente	**77**	**100**	**+29,9%**

FONTE: Boletim Informativo , nº 6 – QREN

Os próprios dados oficiais constantes do quadro anterior revelam que existe uma diferença que, em certos casos, atinge mais de 71% entre os tempos de decisão previstos e os efectivos. E estes dados oficiais não traduzem ainda a verdadeira dimensão dos atrasos que realmente se verificam na decisão. Um exemplo apenas a nível de um dos mais importantes programas operacionais. Por ex., a nível do POPH (Programa Operacional Potencial Humano , programa comunitário que tem como objectivo apoiar a formação profissional e o aumento da qualificação em Portugal), as entidades que apresentaram candidaturas em Setembro de 2009, para iniciar a realização de acções de formação profissional logo no inicio de 2010, ainda não o conseguiram em Março por falta de decisão da entidade gestora (o tempo médio previsto anunciado era de 60 dias, e já passaram cerca de 150 dias, ou seja, um aumento de 150% já nesta altura, portanto uma percentagem muito superior à oficial constante do quadro). Em muitos casos, o governo atrasa a aprovação também para atrasar a comparticipação pública e assim reduzir o défice orçamental.

Até ao fim de 2009, segundo o Boletim Informativo nº6, tinham sido pagos aos beneficiários, que são principalmente empresas, fundos comunitários no montante de 2.134,755 milhões de euros, e os chamados beneficiários só tinham apresentado documentação comprovativa da execução dos respectivos projectos no valor de 1.958,393 milhões de euros; portanto, não tinham até a essa altura justificado 176,362 milhões de euros recebidos.

É evidente que todos estes atrasos que se continuam a verificar, e que têm mesmo tendência para aumentar, estão a contribuir para o atraso registado a nível de execução dos projectos e, consequentemente, também na utilização dos fundos comunitários e, consequentemente, para prolongar e mesmo agravar a crise económica e social. É um preço muto caro que os portugueses e o País estão a pagar por tudo isto. Para compensar estes atrasos o patronato exige mais sacrifícios e o governo impõe mais sacrifícios aos trabalhadores e a outras camadas desfavorecidas da população como prova o PEC:2010-2013 enviado pelo governo à Comissão Europeia.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
29.3.2010

,